

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



CATEGORIA COBRA A CONCLUSÃO DO PCCS NOS TERMOS DEFINIDOS NO ACORDO COLETIVO



Os trabalhadores mantêm sua ansiedade e cobram da Copasa a conclusão imediata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Proposta para política de porte apresentada ao SINDÁGUA no final do ano já foi rejeitada pelo Sindicato, pois entendemos que continua as diferenças salariais nos cargos de interior e capital, impedindo a isonomia de salários dentro da empresa, além de prejudicar os trabalhadores nas movimentações entre localidades, pois na proposta cria-se uma progressão horizontal sem a garantia de dotação orçamentária nos locais para onde o trabalhador seria eventualmente transferido.

A categoria não aceita, definitivamente, um documento que mantenha os mesmos erros do atual PCCS, sobretudo da política de porte. Os trabalhadores não suportam mais os prejuízos causados pela falta de promoções e as burlas de companheiros em “escadinhas” que são desconsideradas

com a escolha de terceiros, manutenção dos desvios de função, sem uma política de seleção interna transparente e sem uma revisão da atual tabela salarial da Copasa, que mantém diferenças em diversos cargos.

Apesar de cobrarmos documentos imprescindíveis e necessários do processo de elaboração do PCCS para avaliação de consultoria contratada pelo Sindicato, infelizmente a Copasa não moveu “uma palha” neste sentido e manteve as informações a conta-gotas nas reuniões da comissão de estudos. Exigimos todos os documentos das etapas de descrição e de hierarquização de cargos/atividades, tabela salarial, políticas do PCCS. Queremos sugerir mudanças antes que seja formatada a proposta final de PCCS, que será discutida e submetida em assembleia dos trabalhadores.

Alertamos aos trabalhadores que nada será aprovado pela comissão eleita pelos trabalhadores sem uma Assembleia Geral.

A categoria terá um conhecimento amplo do que foi produzido, pois o PCCS é a nossa “constituição” para administração de cargos e carreiras, e exigimos que seja realizada de forma transparente, cumprindo os preceitos que rezam uma empresa pública e de controle do Estado.

Cobramos celeridade na conclusão dos trabalhos do PCCS, para que o documento final possa ser discutido por todos os trabalhadores em todo o Estado. Nos próximos dias 2 e 3 de fevereiro, está agendada a presença em reunião da diretoria plena do Sindicato o diretor de Gestão Corporativa da Copasa, Francisco Cançado, quando deveremos receber as informações finais do documento tão esperado pela categoria, além de discutirmos sua aplicação e dar sugestões para a sua melhoria.

Chamaremos os trabalhadores para discutir o documento final, depois de divulgar uma análise minuciosa com o apoio das assessorias técnicas contratadas.



Chamada da Copasa para renegociar dívidas expõe sua falta de estrutura

Uma promoção da Copasa para inadimplentes quitarem suas dívidas expôs no final do ano a precariedade da estrutura e a carência de funcionários nas agências de atendimento. Verdadeiros tumultos, com consumidores nervosos depois de mais de três horas em filas, foram registrados em todas as unidades, obrigando estender o prazo e distribuir senhas. Isto é o resultado do sucateamento das agências. **Página 3**

Saneamento é moeda de troca para ajuda da União aos estados

O primeiro ataque foi com o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), mas não deu certo. Agora, a justificativa é a grave crise fiscal de estados brasileiros. O governo golpista e ilegítimo de Michel Temer quer, a todo custo, apossar-se das empresas estaduais de saneamento e entregá-las de bandeja à iniciativa privada. O primeiro alvo é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). A privatização da empresa é uma das exigências do Governo Federal para renegociar a dívida do falido estado com a União e ajudá-lo financeiramente.

Na negociação do plano de recuperação das contas do Rio de Janeiro com o governador Luiz Fernando Pezão, o preposto de Temer, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não abre mão da Cedae, único ativo importante que o Rio de Janeiro possui. A empresa está avaliada em R\$ 7 bilhões, mas o Governo Federal estima vendê-la por R\$ 4 bilhões – os cálculos ainda estão sendo feitos. A trama depende do aval da Assembleia Legislativa. A Cedae só será entregue se a Alerj votar a favor.

Na mesma situação estão Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que, como o Rio de Janeiro, decretaram estado de calamidade financeira e negociam com o Governo Federal um

acordo de socorro emergencial. No caso de Minas Gerais, a Copasa e a Cemig, principais ativos do governo estadual, estão na mira da sanha privatista de Temer e sua turma.



Enquanto Pezão fala em transferir parte dos ativos da Cedae para a União, que, posteriormente, privatizaria os serviços de água e esgoto operados pela empresa, a proposta do governo Temer é entregar 100% da Cedae para a iniciativa privada.

Pelo acerto com o Governo Federal, o estado deixaria de pagar R\$ 23

bilhões em dívidas ao longo de três anos, e o valor arrecadado com a venda da Cedae abateria parte da dívida do Rio de Janeiro com a União. Um detalhe curioso: o empréstimo que será feito ao Estado virá do Banco do Brasil e do BNDES, com a Cedae entrando como garantia. Ou seja, será utilizado dinheiro público para comprar patrimônio público e entregá-lo às empresas privadas.

Esse modelo já foi adotado nos anos 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na chamada “privataria tucana”. Diversas empresas públicas, como a Vale do Rio Doce, foram vendidas à iniciativa privada, que pegou empréstimos a juros reduzidos e prazos dilatados com os bancos públicos.

A Cedae tem tarifas subsidiadas para os consumidores mais pobres, o que mudaria radicalmente com a entrada de empresas privadas no setor, comprometendo a universalização do saneamento estabelecida na Constituição de 1988. Vai prevalecer a busca incessante pelo lucro, com aumento das tarifas. O roteiro é bem simples: a população pagará mais caro pelo serviço privado, que será de qualidade questionável; haverá perda de empregos, com a entrega de uma empresa pública lucrativa à iniciativa privada. A Cedae conta com 5,9 mil empregados e, em 2016, repassou R\$ 68 milhões aos cofres públicos.

Negociações Coletiva Copanor

COPANOR ENROLA E NÃO RESOLVE ACORDO COLETIVO DE NOVEMBRO

A direção da Copanor continua inflexível no processo de negociação do Acordo Coletivo da categoria, cuja data-base venceu em 1º de Novembro passado. Mesmo com salários profundamente defasados, a empresa insiste em oferecer apenas o INPC de 8,5%, incidindo também nos benefícios. A Copanor ofereceu ainda apenas R\$ 63,92 de “cesta de Natal” e tíquete restaurante de somente R\$ 13,59/dia.

Os trabalhadores rejeitaram a proposta patronal e reivindicam 1% de ganho real, além do INPC integral, cesta básica de R\$ 150,00, valor facial do tíquete restaurante em R\$ 16,00/dia e R\$ 150,00 de “cesta de Natal”.

As negociações entre os trabalhadores e a Copanor

estão lentas e, mesmo depois da categoria ter rejeitado a proposta patronal, a comissão do Sindicato ainda não foi convocada para nova reunião com a diretoria da empresa.

Os trabalhadores reclamam do longo tempo de negociações, já que entregaram a pauta de reivindicações bem antes, com a expectativa de um acordo mais rápido entre a categoria e a empresa, mas o processo já acumula três meses de atraso, penalizando as famílias com os salários profundamente defasados.



Copasa mostra desprezo por clientes e trabalhadores com campanha de renegociação



Agência de atendimento no Carlos Prates ficou lotada



Movimento foi grande na unidade do Bairro Floresta



Clientes também enfrentaram longas filas em Betim

Desrespeito e descaso com clientes e trabalhadores da Copasa mancharam a campanha “Fique em Dia”, promovida em Dezembro pela empresa. A iniciativa, que teve por objetivo regularizar débitos dos consumidores, transformou as agências de atendimento num inferno, por falta de planejamento adequado. A empresa arrecadou milhões com a renegociação das dívidas, mas mostrou despreparo e falta de atenção com os consumidores de um serviço público essencial, que ficaram horas a fio em filas imensas e irritantes.

A campanha lotou as agências, e os usuários interessados em quitar os seus débitos foram obrigados a esperar, em média, de três a quatro horas por atendimento. Já os trabalhadores das agências tiveram que ampliar a jornada. O atendimento previsto era das 8 às 18 horas, mas foi prolongado até as 20 horas ou mais. Outro agravante: não havia banheiros para os clientes.

O tumulto foi ainda maior nos últimos dias do mutirão, o que levou a empresa a prorrogá-lo em mais um dia, até 19 de dezembro, segunda-feira. Na quinta e sexta-feiras anteriores, o movimento nas agências foi sufocante para clientes e atendentes. Os postos de atendimento ficaram entupidos de consumidores em

busca de renegociação, obrigando os trabalhadores a se desdobrarem para superar os problemas e oferecerem um atendimento no mínimo eficiente.

Em Belo Horizonte, esse ambiente caótico foi constatado pelo SINDÁGUA nas agências de atendimento da Floresta (avenida do Contorno) e do Carlos Prates (rua Tremedal). O tempo de espera dos clientes era de três horas ou mais.

Em Betim, a confusão também foi a tônica. A lotação da agência do Centro (rua Inconfidência) retratou com precisão o clima asfíxiante da campanha. O movimento, que normalmente é grande—diariamente, são atendidas de 250 a 300 pessoas, duplicou nos últimos dias da campanha. E triplicou no dia 16, data inicialmente prevista para o encerramento da iniciativa.

Usuários e trabalhadores enfrentavam outros problemas na agência de Betim: das três impressoras, só uma funcionava, e não havia banheiros para o público — em caso de necessidade, eram liberados os dos funcionários. Os atendentes reclamaram também do mobiliário (cadeiras quebradas ou sem mobilidade do assento) e do equipamento (o sistema travava constantemente). Esses problemas apontados pelos trabalhadores da Copasa são constantes e ainda não foram solucionados.

COPASS SAÚDE implementa reajustes de planos que vão de 10,2% a 16,3%

Apesar de termos uma inflação oficial de 6,5% acumulados em um ano, a Copass Saúde reajustou, a partir de 1º de janeiro, os preços dos seus planos com taxas bem mais elevadas, trazendo preocupação, sobretudo para o grupo de “assistidos”. Principalmente os aposentados, que participam do Plano para Assistidos, estão sendo muito penalizados, caminhando para não aguentarem pagar as mensalidades e serem excluídos.

Depois de ter as contribuições reajustadas em 28,96% no ano passado, o grupo de «assistidos», agora, foi fulminado com outro reajuste extraordinário, de 15,7%. Este grupo de «assistidos» não pode ser tratado desta forma pela imposição da Copasa de reajustes muito maiores, pois não pode ser responsabilizado pelos efeitos do PDVI, que forçaram os reajustes escandalosos na Copass Saúde. Este grupo pagava pouco mais de R\$ 100,00 e agora já paga mais de R\$ 300,00, além da co-participação nos exames e outros

serviços, inviabilizando em pouco tempo a permanência na Copass Saúde.

Os reajustes foram diferenciados: 10,2% nas contribuições para o Plano Copass Completo Ativos (plano coletivo patrocinado); 15,7% no Plano Copass Completo para Assistidos (sem patrocínio); 13,9% no Plano Copass Completo para Dependentes Especiais (sem patrocínio); 9,83% no Plano Copass Ambulatorial (plano empresarial com patrocínio); 16,3% no Plano Copass Odontológico Pleno (empresarial com patrocínio); e 9,83% no Plano Copass Odonto Básico (empresarial com patrocínio).

Definitivamente, não cabe aqui desconsiderar os preços subsidiados dos planos da Copass Saúde, sobretudo em comparação com preços praticados no mercado privado de saúde. Devemos, no entanto, considerar que a desproporção dos reajustes em relação à inflação acumulada e aos reajustes salariais vai criando um descompasso de risco ao longo do tempo, minando as condições construídas nas



negociações para o patrocínio do benefício pela empresa. Essa situação é ainda mais grave para trabalhadores aposentados, que tiveram agora em janeiro um reajuste de 6,58% em suas aposentadorias, enquanto seu plano de saúde como assistidos deu um salto de 15,7%, muito mais que o dobro, após os 28,96% do ano anterior.

Apesar de termos valores suportáveis hoje para que banquemos nossos planos de saúde, a capacidade de mantê-los vai sendo depreciada a conta-gotas. Por isso, o Sindicato tentou de todas as formas negociar a elevação do patrocínio da Copasa de 75% para, pelo menos, 80% do custo saúde, para não sobrecarregar principalmente os trabalhadores de menores salários. Sobre as dificuldades dos aposentados, chegamos a discutir a criação de um fundo de contribuição entre os ativos, para minimizar os custos durante a aposentadoria, como uma caixinha para um momento em que todos chegaremos quando completarmos nossa jornada no trabalho.

24/Jan

Dia dos Aposentados Nada a comemorar



Só união da classe trabalhadora e do povo para barrar crueldade da reforma da Previdência

A reforma da Previdência Social (PEC 287) enviada pelo governo de Michel Temer ao Congresso Nacional, se aprovada, vai atingir, de forma devastadora, a classe trabalhadora e a população brasileira. Essa foi a constatação da palestra “A PEC 287: Minimização da Previdência Pública”, do técnico da Subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) da CUT/MG, Frederico Melo, realizada na sede da Femetal, em Belo Horizonte, no dia 12 de Janeiro. O objetivo foi esclarecer os dirigentes de entidades associadas ao escritório regional sobre as consequências da proposta de reforma da Previdência.

Para Melo, a mobilização contra a PEC 287 exige a unidade da classe trabalhadora e do povo brasileiro, pois a reforma atinge a todos os trabalhadores e corrói o direito social à Previdência. “Mesmo os atuais beneficiários da Previdência pública, do regime geral ou próprio, serão afetados pelas mudanças”, disse o técnico do Dieese.

A reforma da Previdência propõe duas condições básicas para a aposentadoria: ter pelo menos 65 anos e no mínimo 25 anos de contribuição. “No Brasil, pelas características do mercado de trabalho, principalmente no setor privado, não é fácil para um trabalhador acumular 25 anos de contribuição à Previdência. Considerando os períodos de desemprego, de trabalho como autônomo não contribuinte, de empregado sem carteira ou 'fazedor de bicos', e períodos fora da força de trabalho, pode ser impossível alcançar 25 anos de contribuição”, acrescentou.

A PEC também endurece e reduz a forma de calcular o valor inicial da aposentadoria. “Hoje, um homem que se aposenta aos 65 anos recebe 100% da média das 80% maiores contribuições. Pela PEC, para ter um benefício equivalente a 100% da média das contribuições, seria necessário contribuir por 49 anos. É uma exceção assombrosa a pessoa que consegue alcançar 49 anos de contribuição”, afirmou.

Segundo Melo, a proposta afeta drasticamente as pensões, ao instituir a cota familiar de 50% do valor e de 10% por dependente, com limitação a 100%. No caso de falecimento de pessoa segurada já aposentada, as cotas são aplicadas ao valor

de seu benefício. “Por exemplo, a morte de uma pessoa aposentada, que ganhava salário mínimo de aposentadoria e tinha como dependente só o cônjuge (sem renda), resultará em uma pensão de 60% do salário mínimo. Nesse caso, o benefício seria de R\$ 562,20 em janeiro de 2017”, exemplificou.

Se o segurado ainda estivesse trabalhando ao falecer, o cálculo da pensão envolve, primeiro, a simulação de “aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho” (antiga aposentadoria por invalidez), e sobre ela são aplicadas as cotas. “Por exemplo, um trabalhador contribuiu por cinco anos sobre um salário correspondente a R\$ 4.000; sua 'aposentadoria por incapacidade' seria de R\$

2.240,00 (56% de R\$ 4 mil); se tiver esposa e um filho menor de 21 anos, a pensão será de R\$ 1.568,00 (70% de R\$ 2.240). Quando o filho completar 21 anos, a pensão, para a esposa, cai para R\$ 1.344,00, com redução da cota de 10% do filho até então dependente”, calcula Melo.

Melo afirma que a PEC 287 estimula a Previdência privada, ao corroer a confiança no sistema de Previdência Pública, dificultando e retardando o acesso aos benefícios e diminuindo seu valor. “Qual o interesse dessa reforma? O interesse financista, do capital financeiro. Além de reduzir a contribuição para a Seguridade Social, abre o mercado para a exploração do setor por empresas privadas”.

TRABALHAR ATÉ MORRER

Mudanças na aposentadoria com a Reforma da Previdência – Regime Geral (RGPS)

SITUAÇÃO	O que pode mudar	Como é hoje
IDADE MÍNIMA	<ul style="list-style-type: none"> 65 anos para homens e mulheres Extingue aposentadoria por tempo de contribuição 	<ul style="list-style-type: none"> Aposentadoria por tempo de contribuição: não exige idade Aposentadoria por idade: 65 anos (homem) e 60 (mulher)
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	Deixa de existir aposentadoria por tempo de contribuição	30 anos para mulheres e 35 anos para homens
CONTRIBUIÇÃO MÍNIMA	25 anos	15 anos
BASE DE CÁLCULO	Média de todos os valores de contribuição	Média de 80% dos maiores valores de contribuição
CÁLCULO DO VALOR	<ul style="list-style-type: none"> 51% da média de todas as contribuições + 1% por ano de contribuição = 76% (51% + 25%) Aposentadoria integral: 49 anos de contribuição (51% + 49% = 100%) 	<ul style="list-style-type: none"> Aposentadoria por idade: 70% + 1% por ano de contribuição ou Fator Previdenciário Aposentadoria por tempo de contribuição: Fator previdenciário ou Fórmula 85/95 progressiva
REGRAS DE TRANSIÇÃO (só se aplica ao tempo de contribuição, não há transição para o valor e forma de cálculo)	Homem com 50 anos ou mais e mulher com 45 anos ou mais: pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição que falta Exemplo: se falta dois anos para a aposentadoria, passará a faltar três (24 meses + 50% = 36 meses)	
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	Cobertura: incapacidade permanente para o trabalho Valor: 51% + 1% do Salário de Benefício (SB) por ano de contribuição Acidente de trabalho: 100% do SB	Cobertura: Invalidez. Valor: 100% do SB
PENSÕES	50% do valor integral mais 10% por dependente (cônjuge e filho/a menor de 21anos), com limitação a 100%; reajuste desvinculado do salário mínimo	Valor é integral, com reajuste vinculado ao salário mínimo
CÁLCULO DO VALOR DA PENSÃO	<ul style="list-style-type: none"> Por morte de aposentado: aplicam-se as cotas ao valor do benefício; Por morte de segurado na ativa: cálculo de “aposentadoria por incapacidade” e, depois, aplicam-se as cotas. 	
ACÚMULO DE BENEFÍCIOS	Proibido acumular benefícios.	Permitido receber mais de um benefício, como pensão por morte e aposentadoria.